



representa.coop

INFORME

SEMANAL

IRP Nº 155

29 de julho a 02 de agosto de 2024





ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO SEMESTRE LEGISLATIVO DA ALEP



**FRENTES PARLAMENTARES:
FRESCOOP
FPA
COMO A REPRESENTAÇÃO DA
SAÚDE SE ORGANIZA NO
CONGRESSO NACIONAL?**

PRIMEIRO SEMESTRE LEGISLATIVO DA ALEP

A sessão plenária de 16/07 da **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP)** concluiu os trabalhos do primeiro semestre legislativo de 2024. Com um total de **65 sessões ordinárias e 7 extraordinárias**, o período somou cerca de **110 horas de discussões intensas**, que incluíram deliberações, debates e sessões de grande expediente, envolvendo a sociedade civil e órgãos do governo.

Questões de grande relevância para o cooperativismo no estado, como o debate sobre pedágios e a discussão de alíquotas do ICMS, estiveram no centro das atenções. Além disso, políticas de incentivo à cadeia produtiva do leite também foram amplamente discutidas.

A ALEP tornou-se um fórum significativo para debates sobre **temas de âmbito nacional**, como a Reforma Tributária e desafios no sistema de saúde, refletindo o impacto das ações, ou falta delas, do Governo Federal no Paraná.

O encerramento do semestre legislativo marca um período de **intensa atividade**, onde o entrelaçamento de temas locais e nacionais influenciou diretamente a vida dos paranaenses. À medida que se aproxima o **período de eleições municipais**, os deputados estaduais voltam-se para suas bases, buscando alinhar-se com os eleitores e apoiar candidatos locais. A continuidade e o resultado desse processo será crucial para os debates no próximo semestre e para o desenvolvimento de políticas públicas no estado. Todo período pós-eleitoral é um novo início de ciclo na política.

Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná:



Fonte: ALEP.

DADOS DO PRIMEIRO SEMESTRE LEGISLATIVO DA ALEP

O primeiro semestre de 2024 na ALEP foi marcado por uma agenda legislativa diversa. Dentre os temas, a gestão da máquina pública, juntamente com questões sociais, foram centrais na proposição de projetos de lei.

Confira os principais dados da produção legislativa do primeiro semestre de 2024 na ALEP:



471 Projetos de Leis protocolados.



14 Projetos de Leis monitorados.



49 Audiências Públicas realizadas.

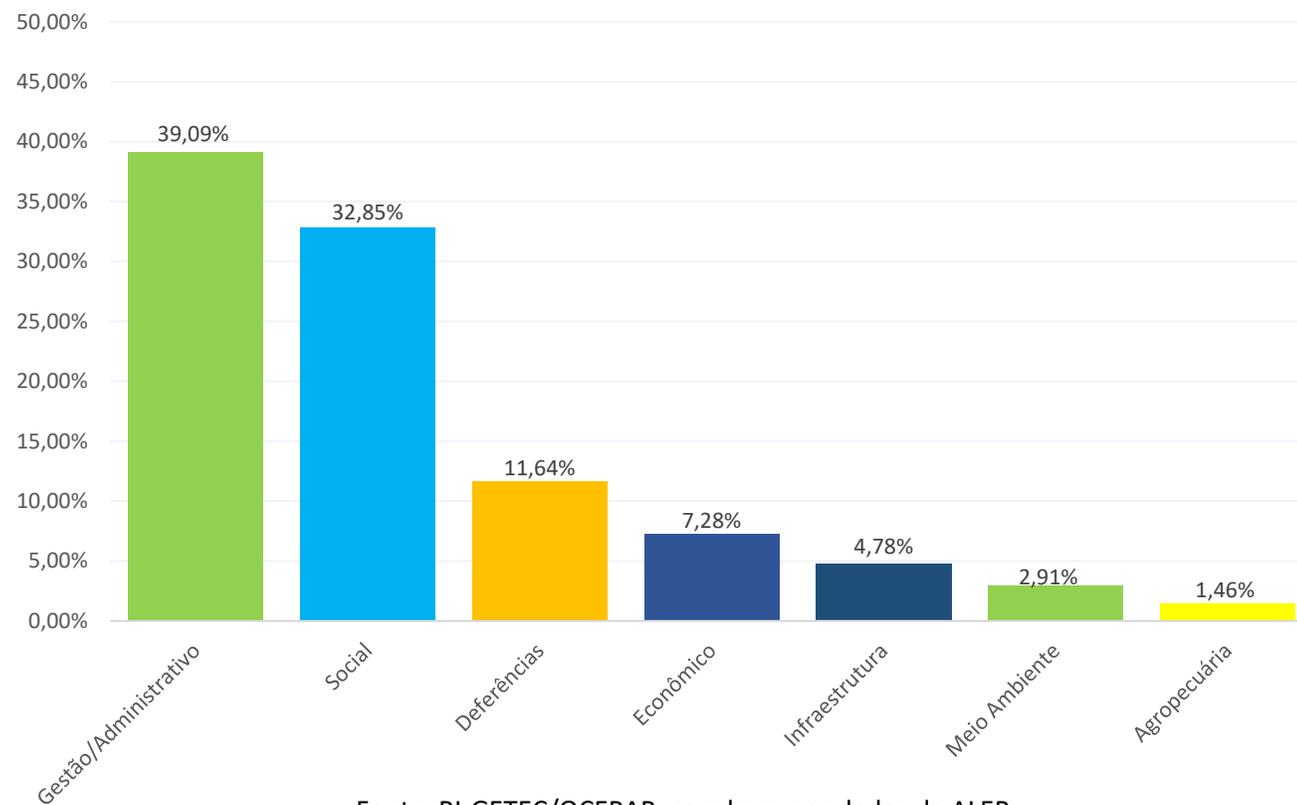


66 Sessões Ordinárias + 7 Extraordinárias.



+ de 110 horas de debates em plenário.

Gráfico 1 : Temas gerais das proposições protocoladas na ALEP:



Fonte: RI-GETEC/OCEPAR, com base nos dados da ALEP.

ATOS MONITORADOS EM 2024

Dentre os 471 projetos de lei protocolados na ALEP 14 foram monitorados de perto pela coordenação de Relações Institucionais por ter alguma relevância para o setor cooperativista. Separamos esses projetos por tema:



AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PL 98/2024: Institui a política estadual de desenvolvimento sustentável da aquicultura no estado do Paraná.

PL 139/2024: Institui o Programa Estadual de Segurança Hídrica na Agricultura.

PL 183/2024: Altera dispositivos da Lei nº 14.431, de 16 de junho de 2004, que institui o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do estado do Paraná.

PL 186/2024: Proíbe o embarque de animais vivos no transporte marítimo nos portos do estado do Paraná, com a finalidade de abate para o consumo.

PL 201/2024: Altera a lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

PL 202/2024: Altera a Lei nº 18.292, de 4 de novembro de 2014, que dispõe sobre o estabelecimento de mecanismos para o incremento da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Estado, das Autarquias e das Fundações Públicas e adoção de outras providências.

PL 271/2024: Dispõe sobre a política do Mercado Regulado de Créditos de Carbono no estado do Paraná, e dá outras providências.



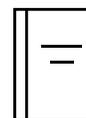
QUESTÕES TRIBUTÁRIAS E FISCAIS

PL 124/2024: Disciplina os efeitos de resultados de julgamentos na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho De Contribuintes E Recursos Fiscais Do Estado Do Paraná (CCRF/PR).

PL 327/2024: Institui Programa de parcelamento incentivado de Créditos Tributários relativos ao ICM e ao ICMS: Altera a lei nº. 20.946 de 20 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Programa de Parcelamento Incentivado de Créditos Tributários relativos ao ICM e ao ICMS, e de créditos não tributários inscritos em dívida ativa pela Secretaria de Estado da fazenda, nas condições que especifica.

PDL 4/2024: Homologa o decreto do poder executivo nº 6.047, que internaliza no regulamento do ICMS o Convênio ICMS 199/2023, que altera a tabela de que trata o caput do Item 22 do Anexo VI, referente à redução de base de cálculo do imposto nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas.

PL 182/2024: Altera a Lei nº 18.877, de 27 de setembro de 2016, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, o Conselho De Contribuintes E Recursos Fiscais, e adota outras providências.



DEMAIS TEMAS

PL 375/2024: Fundo Estadual de Infraestrutura Inteligente.

PL 140/2024: Institui O Programa Emprega Paraná: Construindo Oportunidades.

PL 184/2024: Proíbe a interrupção do tráfego para realização de obras no período diurno, nas rodovias do âmbito territorial do estado do paraná, objetivando reduzir a formação de filas por paralisação de veículos, que gera grande desconforto aos consumidores e usuários no período de maior fluxo, na forma que especifica.



FRENTES PARLAMENTARES NO CONGRESSO NACIONAL

As **frentes parlamentares** no Congresso Nacional Brasileiro são **agrupamentos** de parlamentares da Câmara e do Senado, que se reúnem em torno de causas específicas ou temas de interesse comum. Embora não tenham poder legislativo oficial, elas desempenham um papel crucial como plataformas de debate e articulação política, além de serem incubadoras de propostas legislativas.

Essas frentes abordam uma vasta gama de questões, como saúde, educação, agricultura e direitos humanos, e buscam fortalecer a atuação legislativa nessas áreas através de discussões aprofundadas, eventos e audiências públicas. A criação dessas frentes foi facilitada pelo processo constituinte de 1988, que abriu novos canais para a representação da sociedade civil organizada no cenário político brasileiro.

A Constituição de 1988 não apenas reconheceu a importância das frentes parlamentares, mas também institucionalizou as comissões temáticas, que desempenham um papel vital no processo legislativo ao analisar, debater e aperfeiçoar proposições antes que sejam votadas em plenário.

Essa combinação de frentes parlamentares e comissões temáticas fortalece o poder do Parlamento em relação ao Poder Executivo e amplia a voz da sociedade civil organizada. É essencial que essas duas estruturas sejam preservadas e protegidas para garantir um processo legislativo que seja justo, democrático e transparente, com uma vigilância ativa por parte da sociedade.

Imagem - Comissão da Câmara dos Deputados:



Fonte: Agência Câmara.

As Comissões Parlamentares são os principais órgãos de atuação das Frentes Parlamentares que podem organizar coalizões robustas nas instancias temáticas que discutem profundamente a legislação antes mesmo de uma proposta chegar no Plenário.

A FRENCOOP



Assembleia Nacional Constituinte 1988:



Fonte: Agência da Câmara.

A Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRENCOOP) é uma frente mista formada por deputados e senadores na defesa do setor cooperativista. A história da FRENCOOP se confunde com a história da democracia no Brasil. A frente foi organizada em 1986, ainda durante o processo constituinte, e teve um papel importante na garantia dos dispositivos constitucionais que asseguram a liberdade do cooperativismo frente ao Estado e o adequado tratamento tributário ao cooperativismo no “Ato Cooperativo”.

Depois de um período de pouca atuação da FRENCOOP no início dos anos 90, a implementação do Plano Real trouxe novos desafios ao setor cooperativista brasileiro. Ao final de 1995, os parlamentares iniciaram um movimento de fortalecimento da Frente Parlamentar, o que culminou na primeira reinstalação da frente e no fortalecimento de suas atividades. Em 1996, em audiência concedida pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, uma sessão solene no Palácio do Planalto marcou uma nova era para a representação parlamentar do cooperativismo. Desde então, a FRENCOOP passou a ter uma atuação ininterrupta, forte e organizada.

Agenda Institucional do COOP 2024:



Fonte: OCB.

Não há dúvidas de que, nos dias de hoje, a FRENCOOP é uma das frentes parlamentares mais atuantes do Congresso Brasileiro. Desde os anos 90, o cooperativismo se organizou em ramos, e os desafios regulatórios se tornaram mais complexos. A FRENCOOP, em trabalho coordenado pela OCB, também se adaptou a esses desafios, organizando-se em coordenações para cada ramo e, também, em torno de temas emergentes para subsidiar os parlamentares com informações chave para a defesa do cooperativismo no trabalho legislativo.

FHC e o Plano Real:



Fonte: Presidência da República.

DESAFIOS ATUAIS DA FRENCOOOP

Os desafios atuais do cooperativismo estão se tornando cada vez mais complexos, acompanhando as rápidas transformações econômicas, sociais e tecnológicas. A FRENCOOOP, que representa os interesses das cooperativas no Congresso Nacional, se adapta a esse cenário dinâmico para enfrentar um ambiente político cada vez mais desafiador e polarizado. A diversidade de questões que afetam o setor cooperativista exige uma atuação estratégica e bem coordenada para garantir que as vozes das cooperativas sejam ouvidas e levadas em consideração nas decisões legislativas.

Em março deste ano, a FRENCOOOP se reuniu com o presidente da OCB para discutir e estabelecer uma agenda prioritária de pautas estratégicas. Uma das principais preocupações da frente é a regulamentação da Reforma Tributária, um tema de grande importância para o setor. O deputado Vitor Lippi (SP), que atua como coordenador tributário da FRENCOOOP, destacou que os resultados econômicos e sociais gerados pelo cooperativismo são argumentos fundamentais para defender o modelo econômico no Congresso, especialmente em um momento de mudanças significativas no sistema tributário brasileiro.

Além da Reforma Tributária, a FRENCOOOP, sob a liderança do presidente Arnaldo Jardim (CIDA-SP), tem se envolvido em outras questões cruciais, como a regulamentação do crédito de carbono no Brasil. O deputado Pedro Westphalen (RS), coordenador do ramo de saúde, tem trabalhado para ampliar a participação das cooperativas nas decisões e políticas públicas do setor. A presença ativa das cooperativas de saúde é essencial para garantir a qualidade e a acessibilidade dos serviços de saúde, destacando a importância de um modelo cooperativista que prioriza o bem-estar coletivo.

Café com membros da FRENCOOOP:



Fonte: OCB.



FPA – FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA

A Frente Parlamentar da Agricultura, com raízes na Assembleia Nacional Constituinte, começou como a "Frente Ampla Ruralista", defendendo o direito à propriedade na constituição. Originalmente, este grupo funcionou informalmente até 1994, evoluindo para uma atuação formal a partir de 1995 como Frente Parlamentar da Agricultura.

A consolidação da Frente de Apoio à Agropecuária em 2002 e a rebranding para Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) em 2008 refletiram o crescente profissionalismo e organização desse bloco de poder. Hoje, a FPA é uma das frentes parlamentares mais bem estruturadas do Congresso brasileiro, operando com uma infraestrutura própria e encontros regulares. O grupo se posiciona estrategicamente como um ator chave na formulação da política agropecuária nacional, desempenhando um papel proativo na configuração da agenda legislativa em colaboração com diversas entidades do setor.

A influência da FPA se estende a debates cruciais no Congresso Nacional, incluindo o Marco Temporal e a Reforma Tributária. Em particular, a FPA foi instrumental na preservação das conquistas tributárias do setor agrícola conquistadas no período democrático e na luta por uma cesta básica ampla de alimentos isentos de impostos. Essa articulação eficiente e a capacidade de moldar a narrativa legislativa refletem o poder duradouro e a resiliência do lobby agropecuário no cenário político brasileiro.

Reunião periódica da FPA:



Fonte: FPA.



O TEMA DA SAÚDE NO CONGRESSO

A **saúde** é um dos principais temas que movimentam o cenário político brasileiro, rivalizando com segurança e educação na agenda pública e eleitoral. Em um país onde as políticas públicas enfrentam constantes desafios, esses temas se destacam como centrais nos debates. **Desde a Assembleia Constituinte**, diversos **grupos de pressão** se consolidaram em torno da saúde, moldando a correlação de forças que levou à criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

A **Frente Parlamentar Mista da Saúde**, formada em 1993, tornou-se o principal fórum para parlamentares interessados em discutir a temática. Seu objetivo é integrar todos os atores dos setores público e privado para assegurar o direito constitucional dos cidadãos a uma saúde de qualidade. Sob a liderança do deputado Dr. Zacharias Calil (UB-GO), um cirurgião pediátrico com atuação tanto na rede pública quanto na privada em Goiânia, a frente tem buscado manter a saúde no centro das discussões políticas.

Desde o período constituinte de 1986 a 1988, o lobby da saúde tem sido marcado por intensas disputas. As discussões envolvem a organização institucional, o financiamento e a relação entre os setores público e privado. A divergência mais acentuada se dá justamente neste último aspecto, com interesses conflitantes que continuam a influenciar a agenda legislativa e a formação de políticas públicas de saúde no país.

Diversidade de coalizões de Lobby na Saúde:

Estudos acadêmicos na área de saúde identificam uma vasta gama de grupos de pressão, originados de três grandes movimentos ou coalizões emergentes durante a Constituinte, quando se discutia a relação público-privado no setor: (i) o Movimento dos Sanitaristas, (ii) o setor privado, e (iii) o Grupo Institucional, representado pelo Poder Público através do Ministério da Saúde e da Previdência Social.

Dentro dessas coalizões, mais de 20 grupos de pressão foram identificados, todos com significativo potencial de influência na constitucionalização do direito à saúde no Brasil. Essas coalizões foram cruciais para a elaboração de seis anteprojetos constitucionais que regulamentaram tanto os direitos da população quanto a interação entre os setores público e privado na saúde.

Essa diversidade de grupos e interesses continua a se manifestar no Congresso Nacional até os dias de hoje, refletindo a complexidade do tema e a amplitude de interesses envolvidos. Diferente de setores como o agropecuário, que articula sua representação parlamentar de forma coesa em uma única frente que aborda diversos temas internamente, a área da saúde é marcada por uma multiplicidade de frentes parlamentares, algumas focadas em questões específicas do setor.

Dr. Zacharias Calil – coordenador da Frente Parlamentar Mista da Saúde:



FRENTES PARLAMENTARES NO TEMA DA SAÚDE NO CONGRESSO NACIONAL

A tabela a seguir, é um levantamento de frentes se organizam em torno dos temas da saúde no Congresso Nacional. Há pelo menos 13 frentes parlamentares registradas no tema:

Tabela. Levantamento das Frentes Parlamentares que tratam de temas relacionados a saúde:

NOME DA FRENTE	PARLAMENTAR COORDENADOR
Frente Parlamentar Mista da Saúde	Dr. Zacharias Calil
Frente Parlamentar Mista da Inovação e Tecnologias em Saúde para Doenças Raras	Rosangela Moro
Frente Parlamentar Mista da Saúde Digital	Adriana Ventura
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Saúde das Mulheres	Renilce Nicodemos
Frente Parlamentar Mista em Defesa das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde e da Felicidade – Frente Holística	Giovani Cherini
Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde, e dos Agentes de Combate às Endemias	Fred Costa
Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Saberes Tradicionais e das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no SUS	Ana Paula Lima
Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Serviços de Saúde	Pedro Westphalen
Frente Parlamentar Mista em Prol da Saúde 4.0 e do Acesso e Uso Racional de Equipamentos e Dispositivos Médicos - FPMedTEC	Silvia Cristina
Frente Parlamentar Mista para Promoção da Saúde Mental	Pedro Campos
Frente Parlamentar Mista pela Defesa do Sistema de Proteção Social e valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, ACS e ACE	Weliton Prado
Frente Parlamentar do Sistema Único de Saúde - FRENTE SUS	Márcio Jerry
Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e Emocional	Jeferson Rodrigues
Frente Parlamentar em Defesa dos Usuários do Sistema Único de Saúde	Célio Silveira